

FACULDADE CATÓLICA DOM ORIONE

CURSO DE PSICOLOGIA

MARIELDA ARAUJO PIMENTEL

**REVISÃO SISTEMÁTICA SOBRE A RESSOCIALIZAÇÃO DE PRESOS
NO NORTE DO PAÍS: UMA VISÃO DA PSICOLOGIA SOCIAL**

ARAGUAÍNA

2021

MARIELDA ARAUJO PIMENTEL

**REVISÃO SISTEMÁTICA SOBRE A RESSOCIALIZAÇÃO DE PRESOS
NO NORTE DO PAÍS: UMA VISÃO DA PSICOLOGIA SOCIAL**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à
Faculdade Católica Dom Orione como requisito
parcial à obtenção de grau de bacharel em
Psicologia.

Orientadora: Me. Carmen Hannud C. Adsuara

ARAGUAÍNA

2021

MARIELDA ARAUJO PIMENTEL

**REVISÃO SISTEMÁTICA SOBRE A RESSOCIALIZAÇÃO DE PRESOS
NO NORTE DO PAÍS: UMA VISÃO DA PSICOLOGIA SOCIAL**

Este Trabalho de Conclusão de Curso foi julgado adequado para obtenção do Grau de Bacharel em Psicologia do curso de Psicologia da Faculdade Católica Dom Orione e aprovado em sua forma final em: 18 de junho de 2021.

Apresentado à Banca Examinadora composta pelos professores:

Profª Me. Carmen Hannud C. Adsuara
Orientadora

Profº Me. Haleks Marques Silva

Profº Me. Nadia Regina Stefanine

REVISÃO SISTEMÁTICA SOBRE A RESSOCIALIZAÇÃO DE PRESOS NO NORTE DO PAÍS: UMA VISÃO DA PSICOLOGIA SOCIAL

SYSTEMATIC REVIEW ON THE RESOCIALIZATION OF PRISONERS IN NORTHERN COUNTRY: A VISION OF SOCIAL PSYCHOLOGY

Marielda Araujo Pimentel¹
Carmen Hannud C. Adsuara²

RESUMO

A presente pesquisa parte da preocupação com a saúde mental da população carcerária na região Norte, com base em uma experiência de estágio básico em psicologia social. E busca analisar as produções científicas acerca da ressocialização de presos nessa região, nos últimos dez anos, a partir de uma revisão sistemática em bases de dados. Com esse mapeamento pretende-se responder à pergunta sobre “o que tem sido produzido nos últimos dez anos sobre a atuação da psicologia com a ressocialização de presos na região Norte do país? ”. Na pesquisa foi encontrada zero publicação sobre o tema, surgindo diversos questionamentos sobre a contradição teórico-prático encontrada nesse campo de pesquisa.

Palavras-chave: Revisão Sistemática; Psicologia; Ressocialização; Região Norte.

ABSTRACT

The present research starts from the concern with the mental health of the prison population in the North region, based on a basic internship experience in social psychology. And it seeks to analyze the scientific productions about the re-socialization of prisoners in this region, in the last ten years, based on a systematic review in databases. With this mapping, we intend to answer the question about “what has been produced in the last ten years on the role of psychology with the re-socialization of prisoners in the North of the country? ”. In the research, zero publications were found on the topic, and several questions arose about the theoretical-practical contradiction found in this field of research.

Key-words: Systematic Review; Psychology; Resocialization; North Region.

1 INTRODUÇÃO

A presente pesquisa é oriunda de um trabalho de estágio básico em Psicologia Social do curso de psicologia da Faculdade Católica Dom Orione, desenvolvido há alguns anos atrás junto a um grupo de detentos participantes do projeto **horta** da Casa

¹ Graduanda em Psicologia pela Faculdade Católica Dom Orione.

² Doutoranda em Psicologia pela Universidade Federal do Pará, Docente no Curso de Psicologia da Faculdade Católica Dom Orione.

de Prisão Provisória-CPP de Araguaína, onde foram produzidas oficinas e escuta psicossocial para a mediação dos processos de subjetivação e ampliação de consciência.

A lei de execução penal, no Art. 152 (BRASIL, 1984), em suma, sinaliza que “poderão ser ministrados ao condenado, durante o tempo de permanência, cursos e palestras, ou atribuídas atividades educativas”. Nela é abordado os direitos proporcionados aos presos no sistema penitenciário, referindo-se à ressocialização dos apenados, para o seu retorno à sociedade.

Nesse sentido, Silva e Cavalcante (2012, np) contextualizam que

A ressocialização refere-se a uma reestruturação da personalidade e das atitudes que pode ser benéfica ou maléfica aos indivíduos, pois, a personalidade, os valores e a aparência das pessoas não são fixos, e sim, variam de acordo com as relações e às experiências vividas ao longo da vida. Estando o indivíduo condicionado pelo habitus que é introjetado, a partir das relações e experiências passadas por ele, podendo refletir em práticas individuais e coletivas.

No entanto, foi percebido que, apesar da existência e implementação de projetos em uma instituição penal com o objetivo de ressocializar, tais objetivos não alcançaram as experiências e vivências desses sujeitos, uma vez que sua participação na “horta” era percebida apenas como uma vantagem, pelas flexibilidades conquistadas, em não permanecer nas celas e pela remição da pena.

Diante dessa realidade, foi necessário um trabalho que pudesse ressignificar os processos dentro daquele projeto, delineando o sentido da autonomia, valorização e reconhecimento do outro, autoconhecimento e até mesmo um projeto de vida no pós-prisão. À frente do que foi exposto, fica explícito e manifesto a importância de uma Psicologia que possa humanizar e promover saúde dentro do sistema penitenciário, a fim de obter um trabalho com processos de ressocialização dos indivíduos, sendo esse o motivo a impulsionar este estudo.

Nesse sentido, foi sistematizada a produção em psicologia sobre a ressocialização de presos, referente aos últimos dez anos, na região Norte do país. A pergunta de pesquisa que baliza a proposta consiste em: “o que tem sido produzido nos últimos dez anos sobre a atuação da psicologia com a ressocialização de presos na região norte do país? ”.

Para tal, optamos pela metodologia de revisão sistemática, que consiste em uma forma de pesquisa a qual utiliza como fonte de dados a literatura sobre determinado tema (SAMPAIO E MANCINI, 2007). Nessa perspectiva, utilizaremos as bases de dados, BVS, SciELO e PePSIC. A partir dessa organização de dados, foi evidenciado criticamente a caracterização dessa produção científica, revelando aspectos do trabalho da psicologia nesse campo de atuação junto ao sistema prisional, seus desafios e possibilidades, cotejando as categorias temáticas encontradas ao Código de Ética da Psicologia (2012 p. 7), por sua vez ancorado na defesa da democracia e dos direitos humanos: “O psicólogo baseará o seu trabalho no respeito e na promoção da liberdade, da dignidade, da igualdade e da integridade do ser humano, apoiado nos valores que embasam a Declaração Universal dos Direitos Humanos “.

Vale dizer, que há também um especial interesse e compromisso ético-político em identificar as produções provenientes da região norte do país, tendo em vista 1- ser o território onde foi desenvolvido o estágio mencionado anteriormente; 2- ser a região com maior ausência de políticas públicas e necessidade de políticas sociais, negligenciada de suas potencialidades e inteligências, como dito por Paulo de Tarso de Oliveira (2008) na pesquisa intitulada como “Desigualdade e o Território da Saúde na Amazônia; 3- ser uma região invisibilizada no campo da produção de conhecimentos, conforme (idem, 2008).

Sobre a atuação da psicologia no sistema prisional, tem-se em vista que o foco do processo em execução seja residente de reeducação e na ressocialização de homens no sistema prisional (CREPOP, 2012). Ressaltamos que, Foucault traz em seu livro Vigiar e Punir (1999) que as prisões modernas assumiram o lugar dos suplícios e dos espetáculos punitivos, no período compreendido entre o século XVIII e XIX, assim o castigo deixou de ser executado diretamente sobre o corpo dos condenados, e “[...] passou a ser uma economia dos direitos suspensos (a perda do direito à liberdade, por exemplo) dirigindo-se à “alma” dos condenados, devendo atuar sobre seu intelecto, sentimentos, vontades e motivações”(MATSUMOTO, 2005, p.32).

Com efeito, essa pesquisa possui uma relevância principalmente no que se refere à psicologia social no norte do país, visto que no Brasil há uma superlotação carcerária, a qual segundo os dados do estudo “Sistema Prisional em Números” publicado no dia 21 de Agosto de 2019 pela comissão do Ministério Público, órgão

responsável por fazer o controle externo da atividade policial, há uma quantidade de 437.912 vagas, e ocupa-se 729.949, sendo, a maior taxa na região norte com uma porcentagem de 200% da taxa de superlotação (MARTINES, 2019).

Vale dizer, ainda, que conforme Freitas (2018 p.4),

Quando houve a abolição da escravidão, as pessoas negras foram “livres” e submetidas à marginalização, ficando às margens das grandes cidades, bem como localizadas nas favelas. Ademais, foram lançados na sociedade em situação de exclusão no ramo da economia, da educação e da política. O Estado nunca teve o interesse da inclusão do negro em sociedade. À vista disso, a população negra, que já estava afastada dos centros urbanos, passa a ser vista como “inimigo social”, ou seja, perigo para a ordem social. Sendo perseguidas socialmente, a população negra torna alvo da violência, do policiamento e do sistema criminal.

O que pode ser demonstrado através de dados obtidos no site da câmara dos deputados, em uma reportagem de 2018, produzida por Pedro Calvi, onde é evidenciado que o sistema carcerário atua como um legado da escravidão no Brasil, uma vez que a população carcerária se constitui majoritariamente por negros, que correspondem a 61,7% dos indivíduos encarcerados.

Trazendo essas informações para o contexto pandêmico em que a sociedade vive atualmente provocada por uma pneumonia decorrente do vírus Sars-CoV-2 (novo coronavírus) identificado primeiramente em Wuhan, no mês de dezembro de 2019, na China e logo após se alastrar por todos os continentes mundiais, causando sérios riscos à sociedade sendo classificado pela Organização Mundial de Saúde (OMS) como emergência por afetar a saúde pública em uma abrangência mundial (OLIVEIRA, LUCAS, IQUIAPAZA, 2020).

Fica explícito que a superlotação dentro dos presídios trará ainda mais nefastas à saúde dos internos, tendo em vista que a recomendação para a prevenção ou diminuição do contágio da covid 19 se dá a partir do distanciamento social, medida essa, impossível de ser adotada dentro do contexto penitenciário já que o país sofre com a disparidade entre a capacidade recomendada e a quantidade real de detentos alojados.

Os fenômenos existentes no processo do encarceramento brasileiro corroboram com a negligência vivenciada por aqueles que pertencem a essa realidade, fazendo com que a produção identitária desses sujeitos perpassa por sentimentos ligados ao abandono, tristeza, revolta e descrença.

Desse modo, uma revisão sistemática sobre o que a psicologia vem produzindo nos últimos dez anos pode contribuir com o avanço científico sobre os eventos relacionados a essa temática, de maneira que se desejou condensar os resultados obtidos em um relatório final na forma de artigo científico, a fim de submetê-lo a revistas da área.

Esperou-se, por fim, uma sistematização da produção da Psicologia acerca das atividades da ressocialização de presos, buscando identificar as demandas do sistema e a influência da psicologia dentro dos presídios na região norte, apontando criticamente as características dessa produção científica, esquematizando a literatura da área.

2 MÉTODO

A proposta utilizada é a de estudo de revisão sistemática que é uma forma de síntese das informações disponíveis em dado momento e em determinadas bases de dados, sobre um problema específico, de forma objetiva e reproduzível, por meio de método científico definido por Ribeiro apud Liberati et al. (2009). A revisão sistemática difere da revisão tradicional, uma vez que busca superar possíveis vieses em todas as etapas, seguindo um método rigoroso de busca e de seleção de pesquisa.

Assim, adotou-se um conjunto ordenado de critérios que determinam a cientificidade de uma revisão sistemática de literatura, iniciando pela construção de um protocolo, cuja função foi garantir o rigor do processo de pesquisa. Para isso, o protocolo dispunha dos seguintes componentes: pergunta de revisão, critérios de inclusão e exclusão, estratégias para a busca do universo de pesquisas, orientação para a seleção do material, análise e síntese dos dados.

A busca dos estudos foi efetuada de forma ampla através da Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), SCIELO e PEPSIC que hospeda bases de dados reconhecidas, e foi realizada a partir dos descritores “Ressocializar”, “Ressocialização” e “Psicologia”. No cruzamento das palavras foi adotada a expressão booleana: “AND” (inserção de duas ou mais palavras). Os critérios de inclusão foram: artigos originais; disponibilizados online; se tratava da região norte do país, no idioma português; os critérios de exclusão foram: qualquer fator que não atendesse aos critérios de inclusão.

A coleta dos dados foi norteada em três momentos distintos e complementares, a saber: 1) que teve o objetivo de refinar a seleção inicial de artigos. Essa fase se procedeu com um questionário de perguntas claras que gerava resposta afirmativa ou negativa, criadas a partir dos critérios de inclusão e exclusão; 2) foi operacionalizado pela pesquisadora os artigos que passaram pela primeira fase e após finalizar a análise discutiu-se os artigos que passariam para a fase seguinte. Tal postura foi tomada com a finalidade de verificar a objetividade do método.

Ressalta-se que a segunda fase foi aplicada em estudos na íntegra, verificando através de perguntas claras os seguintes fatores: se tinham relação direta com a questão estudada (influência da psicologia na ressocialização dos presos na região norte do país), se a metodologia estava suficientemente descrita e adequada ao alcance dos objetivos propostos, e se os resultados estavam compatíveis com a metodologia empregada.

Por fim, a fase 3) foi norteada a partir dos resultados anteriores. Nesta, foram extraídas pela pesquisadora, informações detalhadas de cada pesquisa, tais como: dados que caracteriza a autoria, referência bibliográfica, tipo de pesquisa, rigor metodológico, tamanho da amostra, evidência dos resultados encontrados e sua credibilidade.

3 DISCUSSÃO SOBRE AS RELAÇÕES DE DOMINAÇÃO OU PODER NA PRODUÇÃO CIENTÍFICA

Na pesquisa foram encontradas zero publicações sobre a ressocialização no Norte do país a partir da psicologia. O tema da ressocialização, na verdade, aparece de maneira tímida na produção científica psicológica de maneira geral, de forma que entre 2010 e 2019 foram encontradas 12 publicações sobre o sistema prisional na Scielo, sendo quatro com ênfase na ressocialização. As publicações na BVS contabilizaram 16 para data anterior a 2010 dentro do assunto mais amplo. Já na Pepsic nenhuma publicação foi encontrada em quaisquer das possibilidades trabalhadas nas buscas, como mostra a tabela abaixo:

Tabela 1 - Análise dos artigos pesquisados

BASE DE DADOS	TOTAL DE ARTIGOS	SOBRE O TEMA	PERÍODO DE PUBLICAÇÃO	REGIÃO NORTE
BVS	16	0	Anterior a 2010	0
SCIELO	12	4	2010 - 2019	0
PEPSIC	0	0	0	0

Fonte: Elaborada pela autora (2021)

Tendo acesso a demandas psicológicas dentro da realidade prisional por meio do estágio social realizado pela pesquisadora, pode-se identificar a contradição presente entre o campo prático e teórico que envolve os fenômenos do sistema prisional. Isso porque, no processo de sistematização bibliográfica ficou evidenciado a deficiência da produção científica dos conceitos que perpassam os sistemas encontrados nas penitenciárias, indo de contrapartida com a prática realizada pelo profissional que se encontra inserido dentro desse contexto.

As perguntas que ficam são, com efeito, questionamentos acerca da fidedignidade desse levantamento com relação à realidade de práticas nos campos de atuação da psicologia; ou seja: será que no Norte não há psicólogos trabalhando com a ressocialização de presos? Será que há profissionais trabalhando, mas sem publicar isso por meio da produção científica na área? Ou ainda, será que os cientistas da psicologia estão utilizando corretamente os sistemas de publicação acadêmica?

Não será possível responder a essas perguntas ou sanar as indagações a priori. Contudo, ficam as indicações da necessidade de potencializar esses processos para a visibilidade do trabalho com a ressocialização: por meio do fortalecimento desse trabalho nas pontas da política pública e a partir da valorização da produção científica protagonizada por essas profissionais de acordo com um viés de práxis: a teoria, a prática e a transformação da realidade como unidades indissociáveis (LANE E CODO, 1984).

Para pensar a atuação da psicologia, seja na prática profissional ou na pesquisa e publicação, é preciso voltar-se para sua história e tradição. Que conforme Ana Mercês Bahia Bock (2009), a apesar de a psicologia vir se atualizando quanto ao seu compromisso social, tradicionalmente este comprometimento não se propõe a contribuir para a mudança social, mas sim a corroborar com os interesses da elite

brasileira, ou seja, esta ciência de origem branca eurocêntrica e elitista, corrobora para o controle social.

Dessa forma, Book (2009, p. 16) afirma que

Se tomarmos a história da psicologia no Brasil, [...] vamos ver que as idéias psicológicas produzidas e, posteriormente, as teorias responderam claramente a interesses das elites de controlar, higienizar, diferenciar e categorizar, interesses esses necessários à manutenção ou incremento do lucro e reprodução do capital.

Ao fazer isso, percebe-se a forte ligação dos resultados obtidos no estudo com as relações sociais, de forma que se faz interessante neste processo fazer a caracterização e identificação da população carcerária esta que é marcada pelas relações de classe e raça.

A divisão desproporcional dos elementos existentes dentro da sociedade no processo de construção das classes segmentadas durante a história brasileira, colaborou com a desigualdade social vivenciada pelos sujeitos que existem em contextos negligenciados pelo sistema (SANTOS, 2007). Desse modo, a divisão de classe se dá como fator basilar para tratar de questões excludentes que podem colaborar com a manutenção dos estereótipos que perpassam o sujeito marginalizado.

Uma outra categoria de análise que nos possibilita pensar esse contexto marcado pela invisibilização é a categoria “raça”, pois como já referenciado no início do texto, 61,7% da população carcerária no Brasil é composta pela população negra (CARVI, 2018), ou seja o somatório de pretos e pardos, correspondendo assim a sua maioria. Desta forma pode-se identificar o sistema carcerário como um legado da escravidão, uma vez que a abolição no Brasil não representou de fato a liberdade dessa população, mas uma reconfiguração da sua condição de aprisionamento.

Ao pensar no pós-abolição é impossível identificar quais foram os verdadeiros benefícios concedidos a população negra, pelo contrário o que se nota é que

A sociedade construída, ao longo de quase quatro séculos, pelo trabalho do negro, quando muda de sistema joga o seu artífice à sua margem e a maioria da população negra ainda se encontra no lugar que a sociedade lhe concedeu. Segundo Andrews (1998), o governo gastou milhões de dólares com os imigrantes, mas não investiu absolutamente nenhuma quantia com a população negra. Ao contrário, explicitamente a excluiu da possibilidade de exercer a cidadania. (SILVA, 2000, p. 115)

Dito isso, é constatado que as categorias de classe e raça, nesse contexto, não agem de forma isolada, mas fundem-se na produção dessa complexa rede de opressões.

Com isso, os mecanismos de invisibilização operam a todo vapor, sendo atrelados a eles os fatores de classe e raça, que colaboram para que esse grupo se torne cada vez mais invisibilizado e menos valorizado. Se tornando assim cada vez mais marginalizado perante os fatores políticos e sociais. Tendo essa invisibilidade notada até mesmo em projetos e publicações voltadas para essa classe.

CONCLUSÃO

Tendo em vista a história e trajetória da psicologia dentro da sociedade brasileira, uma ciência que tradicionalmente foi criada por e para a elite, marcada por construções e referenciais hegemônicos, racistas e elitistas, cabe aos psicólogos, de modo geral, tanto em seu trabalho de campo, como no trabalho científicos, (re)pensar os referenciais e as ferramentas psicológicas.

Nesse contexto, é possível então concluir que, a psicologia ainda tem um longo caminho a seguir, no que tange a realização do seu compromisso social, ou até mesmo ao estabelecimento de um compromisso que se enquadre e atenda a realidade brasileira de maneira a contribuir de fato para a mudança da realidade social existente no país.

Assim, o sistema prisional se coloca um campo legítimo de atuação da psicologia, abarcando referenciais técnicos e éticos da psicologia direcionados para a humanização das relações nesse contexto de aprisionamento. A ressocialização é, portanto, um aspecto fundamental na Lei de Execução Penal e também um direito.

Deste modo, o compromisso social da psicologia nessa trama de relações tensas institucionalizadas encontra nos projetos educacionais e de cuidado coletivo uma alternativa para produzir subjetividade e saúde em um lugar de processos massificadores e mórbidos que além de escancarar as contradições históricas e desiguais da sociedade, impactam na intensificação dos processos de fragilização e vulnerabilidade.

A ausência de pesquisas na área, concomitantemente, é uma via de mão dupla na relação com a invisibilidade dos trabalhos no norte do país e dessa forma se

faz necessário o fortalecimento da relação teórico e prático, integrando a escrita científica como parte da defesa da humanização nesse contexto, em uma disputa de memória acerca das possibilidades do viver e do vir-a-ser em uma perspectiva anti-racista, e, ainda, sobre a própria psicologia no Brasil.

Por fim, vale dizer que o sistema carcerário consiste em um cenário bastante delicado, com muitas contradições históricas, a exemplo do caso das relações raciais, e por essa razão a atuação da psicologia nesse contexto na ciência e na profissão precisa ser fortalecida de maneira urgente, ainda mais em se tratando da conjuntura de pandemia que tem impactado no cotidiano das instituições.

Com efeito, a vivência no estágio apontou para uma presença fundamental da psicologia nos processos de cuidado, promoção de saúde, humanização e reeducação de presos, contudo, a produção científica na área, como parte indissociável disso, necessita ser fortalecida na região Norte do país a fim de subsidiar cada vez mais práticas transformadoras, corroborando com a construção da psicologia não apenas do ponto de vista do cotidiano, mas também do ponto de vista de sua história e memória.

REFERÊNCIAS

BOCK, Ana Mercês Bahia. Psicologia e o compromisso social. ed. 2, São Paulo: **Cortez**, 2009.

BRASIL. Art 152º. Lei nº 7.210, de 11 de junho de 1984. **Lei de Execução Penal**.

CALVI, Pedro. Sistema carcerário brasileiro: negros e pobres na prisão. **Câmara dos Deputados**. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-permanentes/cdhm/noticias/sistema-carcerario-brasileiro-negros-e-pobres-na-prisao>>. Acesso em: 21/05/2021

Código de Ética Profissional do Psicólogo. **Conselho Federal de Psicologia**, Brasília, agosto de 2012.

CREPOP. **Referências técnicas para atuação das (os) psicólogas (os) no Sistema Prisional**. Conselho Federal de Psicologia. Brasília: CFP, 2012.

FOUCAULT, Michel. Vigiar e punir: nascimento das prisões (1975). Trad. **Ramalhte, R.** Petrópolis: Vozes, 1999.

FREITAS. Dandara Dara Mahusi Dias de. **Racismo Estrutural e encarceramento em massa da juventude negra**: Uma investigação do processo histórico e social de

criminalização do negro no Brasil. Faculdade de Direito de Vitória (FDV). Vitória, 2018.

LANE, Silvia Tatiana Maurer; CODO, Wanderley. **Psicologia Social: o homem em movimento**. São Paulo: Brasiliense.1984.

LANE, Silvia Tatiana Maurer. et al. **Psicologia social o homem em movimento**. 8. ed. São Paulo: Brasiliense, 1989.

MARTINEZ, Fernando. O Brasil tem superlotação carcerária de 166% e 1,5 mil mortes em presídios. **Consultor Jurídico**. 2019. Disponível em: <<https://www.conjur.com.br/2019-ago-22/brasil-lotacao-carceraria-166-15-mil-mortes-presid-ios>> Acesso em: 07 de nov. 2020

MATSUMOTO, Adriana Eiko. **Sentidos e significados sobre educação no sistema prisional: o olhar de um preso-aluno**. 2005. Tese de Doutorado. Dissertação (Mestrado em Psicologia da Educação) Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

OLIVEIRA, Adriana Cristina de; LUCAS, Thabata Coaglio; IQUIAPAZA, Robert Aldo. O QUE A PANDEMIA DA COVID-19 TEM NOS ENSINADO SOBRE ADOÇÃO DE MEDIDAS DE PRECAUÇÃO? **Texto contexto - enferm.**, Florianópolis, v. 29, maio 08, 2020. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-07072020000100201&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 24 out. 2020.

OLIVEIRA, Paulo de Tarso Ribeiro de. Desigualdade regional e o território da saúde na Amazônia. In: **Desigualdade regional e o território da saúde na Amazônia**. 2008. p. 248-248.

RIBEIRO, José L. Pais. REVISÃO DE INVESTIGAÇÃO E EVIDÊNCIA CIENTÍFICA. **PSICOLOGIA, SAÚDE & DOENÇAS**, 2014.

SAMPAIO, Rosana Ferreira; MANCINI, Marisa Cotta. Estudos de revisão sistemática: um guia para síntese criteriosa da evidência científica. **Brazilian Journal of Physical Therapy**, v. 11, p. 83-89, 2007.

SANTOS, Julia Anacleto. **A relevância de classe no debate da desigualdade – Classe social e gênero, intersecções**. PPGCSO/UFJF, 2007.

SILVA, Iranilton Trajano da. CAVALCANTE, Kleidson Lucena. **A Problemática da Ressocialização Penal do Egresso no Atual Sistema Prisional Brasileiro**. In: Boletim Jurídico, Minas Gerais, Ed. 581, out 2012. Disponível em: <https://www.boletimjuridico.com.br/artigos/direito-penal/2003/a-problematica-ressocializacao-penal-egresso-atual-sistema-prisional-brasileiro> Acessado em: 21/05/2021 às 10h52min.

SILVA, Maria Nilza da. O negro no Brasil: Um problema de raça ou de classe? **Revista Mediações**, Londrina, v.5, n.2, p. 99-124, jul. /dez. 2000.